

Considerações finais

A educação em movimento

Como visto ao longo dos capítulos, os vários movimentos sociais aqui destacados se relacionam com a educação de maneira formal e informal. À vista disso, buscou-se dar um tratamento crítico ao enlace entre educação, movimentos sociais, inclusão, intolerância, violência, direitos humanos e movimentos sociais. A partir do século XVIII, a educação formal no mundo ocidental moderno adquiriu a forma específica de escolarização. A educação informal, por sua vez, ocorre no cotidiano social, nas interações face a face entre sujeitos, nas práticas religiosas, esportivas, culturais e artísticas, no contexto familiar e nas lutas políticas dos movimentos sociais, por exemplo (GOHN, 1997; 2012).

Assim, para as finalidades deste livro, entre o vasto leque de possibilidades educacionais não escolares, tomou-se como objeto de análise a educação realizada intencionalmente ou que acontece não propositalmente nos movimentos sociais, bem como as influências, pressões e tensões que os movimentos lançam sobre a educação – geralmente escolar, incluída aqui a universitária. Embora tenham sido considerados primordialmente os sociais progressistas, que buscam a transformação da sociedade e a emancipação das pessoas, foi mostrado que os movimentos sociais apresentam grande variedade de ideários, havendo também os de caráter conservador, até mesmo, reacionário, variabilidade que se reflete em suas concepções de educação e no modo como a influenciam.

Exemplos típicos desses dois polos contrários de movimentos sociais – dos que buscam profundas transformações revolucionárias na sociedade e dos que defendem o retorno aos modelos tradicionais de família, sexualidade e comportamentos – seriam, respectivamente, o movimento trabalhista de cunho socialista e o movimento Escola sem Partido. Certamente que no Brasil sempre houve movimentos sociais, como Canudos e Cangaço, contudo, este trabalho focou naqueles denominados “novos movimentos sociais”, isto é, aqueles que, mesmo já existindo, ampliaram-se, fortaleceram-se e/ou radicalizaram-se ao longo e/ou depois da ditadura militar, bem como os que surgiram no bojo da luta pela democracia (durante a ditadura) ou os que tiveram início logo após a abertura política, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

Portanto, naquele contexto, os movimentos sociais notabilizaram-se como importantes mobilizadores da sociedade em favor da democratização das relações sociais e políticas, dos direitos civis e políticos, da soberania econômica do Brasil, assim como dos direitos humanos. Diferentes sujeitos sociais ganharam voz, vez e, especialmente, visibilidade. Alguns movimentos estavam mais próximos da questão educacional, como a União Nacional dos Estudantes (UNE); outros nem tanto, como os movimentos sindicais. Todavia, de uma forma ou de outra, todos defendiam a expansão do direito ao estudo formal e a melhoria das condições de ensino da população.

Em meio ao vasto número de movimentos sociais existentes, foram abordadas neste livro as relações da educação com

os seguintes movimentos: LGBTQIA+; negro; estudantil – no caso, a UNE, pois há também o importante movimento denominado União dos Estudantes Secundaristas; o Movimento Trabalhista Sindical, específico dos(as) trabalhadores(as) da educação, sobretudo professores(as); o movimento indígena e indigenista; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o operário e trabalhista em geral; o ambientalista; o Movimento Evangélico Neopentecostal; e o Escola sem Partido.

Com exceção dos dois últimos, que possuem uma visão tradicional e conservadora do mundo e da sociedade, os demais movimentos mencionados estavam, em maior ou menor medida, comprometidos com:

- a. A ampliação da consciência cidadã dos sujeitos que eles representavam e/ou os integravam;
- b. A luta para que os sujeitos que eles representavam fossem respeitados em suas diversidades e, simultaneamente, no que se refere a seus direitos, que estivessem em igualdade com quaisquer outros, como diz Arroyo (2017), sem condicionantes;
- c. A ampliação da democracia para as vivências cotidianas dos sujeitos e dos coletivos;
- d. A visibilidade, para seus sujeitos e para a sociedade, de que a humanidade não está atrelada ao fato de serem ou não alfabetizados, serem pobres ou ricos, negros ou

brancos, mulheres ou homens, condicionada a práticas sexuais, se viviam no campo ou na cidade etc.

De fato, os efeitos educacionais – formais ou informais – dos movimentos sociais sobre os processos de humanização e de socialização, assim como sobre a cidadania, os direitos em geral e os direitos humanos, em especial, podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- a. Os movimentos sociais educam os sujeitos que tomam parte deles diretamente;
- b. Os movimentos sociais educam outros movimentos sociais, ou seja, educam-se e educam a sociedade de modo geral;
- c. Os movimentos sociais educam os governos e as instituições públicas.

Dessa forma, para cada um dos movimentos descritos e analisados, foi visto como se operacionaliza e como se operacionalizava no passado dos movimentos o caráter educacional no tocante aos direitos, aos aprendizados coletivos, à humanização e à cidadania.

Assim, seus fatores educacionais mais relevantes serão apresentados brevemente, uma vez que as principais implicações dos movimentos sociais para a educação e para a pedagogia em especial centram-se em torno do seguinte fato: “A dramaticidade das experiências históricas de dominação/subalternização de que esses coletivos foram e continuam vítimas

vão às suas lutas por libertação/emancipação virtualidades formadoras pedagógicas igualmente radicais, repolitizando e radicalizando a história das nossas pedagogias” (ARROYO, 2014, p. 16).

Os movimentos feministas, por exemplo, estão engajados em lutas pelo fim da objetificação da mulher, pela liberdade individual, pelo combate à violência de gênero e pela igualdade política e socioeconômica, o que envolve a reivindicação por empregabilidade, a extinção da discriminação nos ambientes de trabalho, a equidade salarial, o acesso igualitário à educação, aos esportes e à vida política.

Na história do Brasil, recentemente se assistiu à importância e à atuação real do movimento feminista na sociedade e na vida política. Nas eleições presidenciais de 2018, houve uma intensa mobilização de mulheres, engajadas em coletivos feministas ou não, em torno da mobilização apartidária que ficou conhecida como #EleNão. Essa manifestação buscou sensibilizar e conscientizar a sociedade a não apoiar/votar no candidato à presidência da República de extrema-direita, declaradamente misógino e homofóbico (ALMEIDA, 2019). Tal mobilização ganhou a adesão de diversos sujeitos coletivos e individuais, não somente de mulheres (cis, trans, heterossexuais, bissexuais, lésbicas etc.), mas também de negros, indígenas, gays masculinos, trabalhadores e militantes de esquerda, o que é evidenciado pelas grandes proporções tomadas. Porém, é digno de nota que suas primeiras e principais propulsoras foram as mulheres.



Figura 13: Uma das muitas manifestações organizadas por diversos movimentos sociais conhecidas como #EleNão em 2018, em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República
Fonte: Mídia Ninja/Marina Martins .²⁴

Cabe assinalar aqui um fato interessante e recorrente: um movimento social educa o outro. Assim, as primeiras militantes feministas brasileiras, não encontrando espaço nos movimentos de esquerda que não fossem para temáticas ligadas à classe e ao trabalho, decidiram organizar mais solidamente, em outros moldes, o movimento feminista no país. Além disso, o feminismo “ensinou” diversos elementos relacionados às questões de gênero e igualitarismo entre mulheres e homens ao MST, conhecido anteriormente como um dos movimentos mais machistas. O mesmo processo de “educação” se deu – agora em relação a questões étnico-raciais e

²⁴ A imagem está disponível no *link*: bit.ly/manifestacao-ele-nao.

de combate ao racismo – no movimento negro em relação ao MST (FRAGA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016; ARAÚJO, 2011).

Já o movimento LGBTQIA+, de acordo com Ferrari (2004), atua educativamente em três frentes principais:

- a. Em relação à subjetividade dos(as) homossexuais, elucidando que a homossexualidade não é uma doença ou anomalia; logo, não precisa de cura;
- b. Munindo os sujeitos de informações sobre que medidas legais tomar em relação à violação de seus direitos humanos e de sua dignidade;
- c. Promovendo eventos culturais, como a Parada Gay, que favorecem ações respeitadas e inclusivas por parte de mães e pais em relação à sexualidade, ao levarem seus filhos ainda crianças, contribuem para que elas cresçam sendo socializadas aceitando a diversidade sexual e de gênero.

Uma importante e atual interferência real das pressões e discussões do movimento LGBTQIA+ sobre a educação formal foi a criação de cursinhos pré-vestibular e preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para pessoas travestis e transexuais, especialmente pobres e que vivem a intersecção de duas modalidades de discriminação: por classe social e por orientação sexual, pois não é raro que transexuais e travestis, ao ingressarem no ensino fundamental, em função do *bullying* e até da violência física, sejam expelidos e/ou evadam dos sistemas escolares.

Outra situação é que travestis e transexuais pobres, estigmatizados pela sociedade, só encontram determinados tipos de trabalho: como maquiadoras, cabeleireiras, prostitutas, fazendo performances em boates etc. Portanto, seja em razão da baixa remuneração, seja porque não conseguem conciliar a escola com o trabalho, acabam abandonando os estudos. Assim, esses cursinhos possibilitam que tais indivíduos ingressem na universidade, ainda que, na maioria dos casos, só consigam acesso à rede privada de ensino, na qual conseguem estudar via Financiamento Estudantil (Fies) e/ou Programa Universidade Para Todos (Prouni), viabilizando, de alguma maneira, conhecimentos que eles jamais teriam, inserção na sociedade e trabalhos mais bem remunerados.

Em relação ao movimento negro, é sobretudo a partir do princípio da década de 1980 que ele passa a ter caráter nacional, reunindo entidades negras em todo o país em defesa da democracia e de seus direitos. Marco nessa trajetória foi a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Segundo Gonçalves e Silva (2000), os movimentos negros desempenham inúmeros papéis educativos não escolares:

- a. As entidades de luta por direitos e de combate à discriminação racial são espaços de educação política, de luta por direito ao acesso à educação formal, principalmente universitária, por paridade salarial, conhecimento das leis etc.;
- b. As associações culturais e artísticas, como grupos de *hip-hop*, *rap* e capoeira possibilitam, especialmente aos jovens, aprenderem sobre solidariedade, despertarem

para o fato de que certas práticas tidas como “naturais” são, na verdade, manifestações do racismo estrutural etc.;

- c. Os(as) militantes negros(as) que ingressavam nos cursos de pós-graduação e na ciência passaram a educar a universidade brasileira no que concerne a outras trajetórias de vida e à importância das cotas raciais, por exemplo, oferecendo outros olhares sobre os objetos de pesquisa.

Como foi visto acerca do não acolhimento das demandas feministas por algumas militâncias trabalhistas e de classe, “atritos” entre os movimentos sociais também foram comuns. No bojo do centenário da Abolição da Escravidão e da promulgação da Constituição Federal de 1988, militantes e entidades do movimento negro passaram por situação análoga ao que se deu com a militância feminista uma década antes: as demandas étnico-raciais não foram vistas como relevantes por alguns setores dos movimentos de classe e trabalhistas. A fim de envolver entidades trabalhistas na educação profissional dos negros, “[...] os militantes encaminharam propostas visando a capacitação profissional, que deviam ser levadas para serem discutidas nos sindicatos, entendendo-se que estes funcionariam como agência educativa de formação de trabalhadores” (GONÇALVES; SILVA, 2000). Porém, a proposta foi rechaçada pela maioria dos sindicalistas sob o argumento de que discussões sobre o racismo iriam dividir e enfraquecer a classe operária.

Em referência aos movimentos trabalhistas, desde a década de 1920, o movimento operário, por exemplo, defende a ampliação da educação para as classes populares, ainda

que a pauta educacional não tenha sido proeminente tanto quanto a questão salarial ou dos direitos trabalhistas (VIANNA, 2008). A frente mais atual nesse sentido é a constituída pelos sindicatos de profissionais da educação, que só puderam se organizar formalmente após o fim do regime militar. Tais entidades, além das questões trabalhistas propriamente, engajam-se também em favor da melhoria da qualidade e dos estabelecimentos de ensino, sendo que tais denúncias têm caráter educativo para a comunidade escolar e para a sociedade mais abrangente. Os movimentos trabalhistas também educam a sociedade quanto ao caráter nocivo das diretrizes neoliberais do capitalismo predatório e periférico vigente no Brasil.

Em uma perspectiva marxista, as lutas dos sindicatos e dos movimentos trabalhistas têm um poderoso efeito educador para os partícipes, ao despertarem a consciência do pertencimento de classe e alertarem para a exploração e alienação a que são submetidos os trabalhadores. Conforme Vianna (2008), o movimento operário socialista dos anos de 1920 e 1930, por exemplo, exerceu um papel educativo significativo sobre outras corporações, sindicatos e associações trabalhistas, visto que suas práticas de manifestação, reivindicação e pressão – sendo a mais conhecida delas a greve – foram adotadas por quase todos os movimentos trabalhistas futuros.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) surgiu em 1937, defendendo a democracia, o nacionalismo, a educação popular e a ampliação do acesso da população ao ensino universitário. Em 1964, após ser posta na clandestinidade pelos militares e

ter sua sede no Rio de Janeiro incendiada, seu caráter esquerdista foi acentuado, assim como as suas formas mais radicais de resistência, como a guerrilha (MESQUITA, 2003). No bojo das vivências educativas propiciadas pela UNE estão o diálogo, o exercício da participação política e administrativa dos estudantes em vários órgãos universitários, as reuniões plenárias e o dissenso, os quais representam aprendizagens práticas fora das salas de aula e dos conteúdos convencionais.

Não deve ser esquecido que foi, em parte, por intermédio da UNE, no final da década de 1950, que o Movimento Popular de Alfabetização, concebido e posto em prática por Paulo Freire, chegou ao Sudeste a partir de Pernambuco. Atualmente, um importante espaço-tempo de interlocução, sensibilização e sociabilidade entre a UNE e outros movimentos sociais e/ou comunidades é a experiência dos Estágios de Vivência, cujo pioneirismo coube à Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB), que promove a inserção de alunos(as) do curso em acampamentos do MST ou a convivência com produtores de economia solidária, de produtos orgânicos, aldeias indígenas etc., levando-os a conhecer realidades produtivas e modos de vida e agrícolas alternativos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oficialmente instituído em 1984, preocupa-se bastante com a questão das escolas em assentamentos, ocupações e acampamentos (ARAÚJO, 2011). Para o MST, as relações sociais são formadas por conteúdos, e a educação é mais do que um simples processo de ensino e do que se aprende na escola: corresponde às práticas formais e não formais construídas na

luta do movimento. Todavia, para além dessas questões, esse movimento exerce também funções educativas fundamentais para seus membros, por exemplo: a coletivização e a divisão do trabalho; a articulação do trabalho em cooperativas, não em empresas; a valorização da produção de subsistência como mais importante do que a produção para o mercado; a conscientização das pessoas em relação ao seu papel na sociedade enquanto agentes de transformação social; as questões ambientais e do aspecto pernicioso – tanto social quanto ecológico – do agronegócio; o exercício da liderança concomitante ao comunitarismo; e a importância de se conhecer as leis e seus direitos, e, para isso, a alfabetização.

Em relação às questões de gênero, merece ser ressaltado, ainda, o avanço representado pelo estabelecimento da titulação conjunta da terra, instaurado em 2003 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Tal iniciativa possibilitou que as mulheres usufríssem da renda e de todos os benefícios socioeconômicos, ficando legalmente em igualdade de condições para gerir recursos e projetos agrícolas. O MST também aprendeu com o movimento feminista a importância da ampliação de creches nos assentamentos, para que as mães pudessem ter participação ativa na “lida do campo”; das cirandas infantis nos fóruns e congressos, para que as mães pudessem participar dos debates, votações e decisões, o que foi causa e efeito das comissões criadas por mulheres para discutir questões relativas à condição feminina no movimento; e da necessidade de haver 50% de mulheres nas atividades de formação e capacitação, bem como um coordenador e uma coordenadora.

Os movimentos indígenas tiveram dois focos de ação centrais: a demarcação de suas terras e a demanda por uma educação escolar peculiar, mas que, ao mesmo tempo, contemplasse conteúdos mais gerais da cultura nacional. A partir da década de 1970, a articulação entre líderes indígenas, indigenistas, ONGs, acadêmicos(as), sobretudo antropólogos(as), educadores(as) e lideranças religiosas progressistas deu origem aos Encontros de Educação Indígena. O movimento indígena é formado por representantes e líderes de diversas comunidades nativas engajados na luta direta pela conquista de seus interesses. Já o movimento indigenista, por seu turno, é composto por indivíduos da sociedade civil, ONGs, pesquisadores, intelectuais e ativistas interessados na questão indígena e dispostos a lutar ao lado deles por tais direitos (CIARAMELLO, 2014).

Um dos efeitos dessas demandas e pressões foi a obrigatoriedade, desde 2003, do ensino da história e da cultura indígena, ao lado da africana e afro-brasileira, o que permite inferir que isso ocorreu, em parte, devido à influência das conquistas anteriores do movimento negro em relação ao ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira na educação básica. Com isso, muitos(as) profissionais da educação passaram a buscar atualização e aperfeiçoamento sobre essa temática, a fim de mostrar outras visões sobre os povos originários para os estudantes, o que contribui para mudanças de mentalidade acerca dos povos nativos, geralmente vistos como “sem cultura”, “atrasados” e necessitando da tutela paternalista por parte do Estado.

No que tange ao movimento ambientalista, é importante distingui-lo do movimento ecológico, muito embora eles não sejam, de forma alguma, antagônicos. Como dito, foi usado, neste livro, o termo “movimento ambiental”, que engloba o ecologismo enquanto movimento e/ou postura individual. Assim, uma das divergências radicais entre o movimento ambiental e o movimento ecologista é que o primeiro se fundamenta principalmente no aspecto geopolítico e das relações de poder envolvidas na preservação da natureza, colocando o ser humano em segundo plano, embora não o despreze. Já o movimento ecológico prima por uma postura mais científica, tecnicista e menos política, dando quase a mesma ênfase ao ser humano, ao desenvolvimento social, aos animais e à flora.

Atinente às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nascidas no bojo da teologia da libertação, que chegaram ao país na década de 1960, elas tiveram grande influência na educação, principalmente na formal. Isso se deu ao embasarem o surgimento dos(as) educadores(as) populares e darem importância aos conhecimentos populares nos rituais de conscientizações das classes trabalhadoras. As CEBs contribuíram bastante para a formação de consciência crítica das camadas populares e afirmaram a centralidade das lutas em prol da cidadania. Além disso, demonstraram a importância dos processos educacionais vinculados ao cotidiano, aos saberes tradicionais e às metodologias de ensino-aprendizagem coletivas.

No que se refere aos movimentos conservadores, como o Escola sem Partido, Movimento Brasil Livre (MBL)²⁵ e, ainda que não organizado como movimento social *ipsis litteris*, mas tendo seus efeitos na sociedade enquanto tal, o Movimento Evangélico Neopentecostal, pode-se afirmar que eles mostram que nem todos atuam, necessariamente, contra a transformação social. Há os que defendem a permanência do *status quo* ou, no caso dos mais radicais, o retorno a um passado idealizado que creem ser melhor do que o presente e, sobretudo, do que aquela realidade pleiteada pelos outros movimentos sociais, como os chamados progressistas.

Nesse sentido, o Escola sem Partido busca abolir discussões sobre as questões relacionadas a gênero, às desigualdades entre mulheres e homens e à sexualidade nas escolas, e advoga que a educação é mera instrução, devendo ser uma simples transmissão de saberes aos alunos, sem questionamentos sobre a realidade, visto que grande parte das correntes evangélicas neopentecostais – nem todas, assim como nem todos os fiéis pensam dessa forma – defendem um ensino religioso doutrinador. Além disso, ao condenarem religiões de matriz africana, que estão dentro do quadro maior da cultura e da história afro-brasileira, buscam banir seu ensino na educação básica, e acabam, mesmo que não consciente ou propositalmente, incorrendo no racismo contra o povo e a cultura negros.

25 “O Movimento Brasil Livre (MBL) surgiu no Brasil em 2014 e teve forte atuação no ciclo de manifestações contrárias ao governo Dilma Rousseff que ocorreram no país durante o ano de 2015, culminado com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. O MBL se comunica com seus apoiadores principalmente por meio das redes sociais digitais” (MELO, 2018, p. 82).

Destarte, os movimentos sociais aqui sinalizados – assim como inúmeros outros – mostram que a educação acontece em diferentes espaços, não apenas na escola, e que esta não é refratária do que se passa na sociedade mais ampla e não é isenta das movimentações sociais, sejam elas organizadas, como o movimento sindical docente, ou espalhadas na sociedade, como as igrejas neopentecostais. Os movimentos sociais progressistas – aos quais esta obra se debruçou em particular – ensinam à educação escolar que certas pessoas são segregadas historicamente enquanto pertencentes a certos coletivos, por isso não devem ser tratadas como “indivíduos” genéricos.

Finalizando, ainda hoje o pensamento pedagógico convencional que vigora no Brasil resiste em entender as práticas culturais, os movimentos sociais, as lutas coletivas e as entidades como experiências formadoras e educadoras. Negligenciar que as culturas, as trajetórias, as experiências e os saberes desses grupos são formativos e educativos é ratificar a histórica negação de direitos, de cidadania e de humanidade a que vieram sendo submetidos os sujeitos que esses representam (GOHN, 2011; ARROYO, 2017; OLIVEIRA, 2011). Ao fim e ao cabo, esses movimentos sociais se educam a si, seus sujeitos e a sociedade, no sentido de reconhecerem que todos os sujeitos são humanos e cidadãos, tendo o direito, incondicionalmente e *a priori*, a uma vida justa e humana, com acesso à educação.

A persistência, a insistência e a resistência desses sujeitos em existir é, literalmente, uma lição, uma vez que “[...] nossa cultura política classista, sexista e racista classifica, segrega

não cada indivíduo, mas os coletivos” (ARROYO, 2017, p. 115). Isso porque a história da construção do direito ao conhecimento faz parte de uma tensa história, ligada ao reconhecimento de que certos grupos merecem ser sujeitos de direitos, e outros não. No imaginário da sociedade brasileira, ao longo da história, isso se corporifica, ainda hoje, em frases como “cidadãos de bem”, “direitos para humanos direitos” etc. É contra essa imemorial condicionalidade da humanidade e do direito à educação que lutam os movimentos sociais.

Por fim, merece ser destacado, ainda, que as influências entre movimentos sociais e educação são recíprocas, uma vez que o fato de as pessoas vivenciarem o ambiente escolar propicia sobretudo que elas tomem contato e, posteriormente, participem desses coletivos, democratizando, assim, as vivências de cidadania. Além disso, a própria alfabetização é pré-requisito fundamental na sociedade contemporânea para que o sujeito seja capaz de vivenciar plenamente sua cidadania e se engajar em alguma causa social via movimentos coletivos organizados.